

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

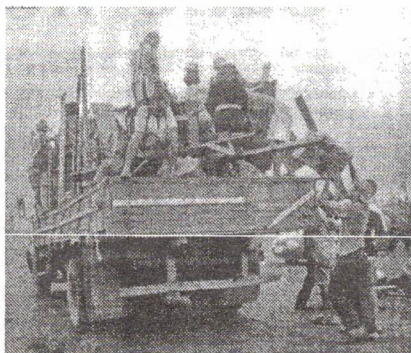
MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 241 - DE 17 de JUNHO a 01 de JULHO DE 2002- R\$ 1,00

**Burguesia pressiona e PT cede
cada vez mais às exigências de
compromisso com neoliberalismo**



**Apoio ao MST, perseguido com
decretação de prisões de lideranças
e reprimido com desocupações.**



**Eleições da Apeoesp: Boa votação da chapa 4 contra
o burocratismo das chapas 1 e 3 e o centrismo da chapa 2**

50 dias de greve na FFLCH-USP

**Crítica ao colaboracionismo
de classe nos sindicatos**

**Campanha do POR contra a
perseguição política em
Ceará Mirim - RN**

Quinzena do Movimento Operário

Greve na Sabesp cobra reajuste

Perto de 17 mil dos 18 mil funcionários da Sabesp no estado entraram em greve dia 5. Com data-base em 1º de maio, eles pedem reajuste salarial de 9,66%. A empresa ofereceu 6,43%. Por força da política reformista da direção sindical, a greve manteve os serviços de produção e distribuição de água e o atendimento de emergência. Ou seja, não tem pressão para enfrentar a política de arrocho salarial do governo. É necessária a unificação do funcionalismo contra o arrocho salarial.

BCP anuncia PDV a 300 funcionários

A BCP, operadora de telefonia móvel de São Paulo, anunciou ontem um programa de demissão voluntária (PDV) para 300 funcionários da central de atendimento ao cliente. O setor emprega hoje cerca de 300 pessoas. No ano passado, a BCP também terceirizou a área de atendimento ao cliente do celular pré-pago, reduzindo de cerca de 600 para 300 funcionários.

Para enganar os demitidos dizem que quem aderir ao plano terá garantia de ser contratado pela empresa CSU, especializada em serviço de atendimento. Mas, como podemos notar, o objetivo é implantar a terceirização no setor e, se bem que alegam que não diminuirá salário nem direitos, sabemos que cedo ou tarde ele será negado aos terceirizados.

Químicos cruzam os braços por prêmio de PLR

No dia 7 de junho, os trabalhadores da Johnson & Johnson, em São José dos Campos, paralisaram as atividades, pois a empresa não quis negociar o prêmio de participação nos lucros ou resultados (PLR) de cerca de 3.500 funcionários. A empresa ofereceu R\$ 650, os operários

lutam por uma primeira parcela de R\$ 1 mil. Sabemos que o PLR é uma forma dos patrões exigirem mais produtividade. A Johnson & Johnson pretende extrair uma maior lucratividade com menos PLR. Os capitalistas são uns safados exploradores.

Servidor do Judiciário em greve

Em greve desde 6 de maio, os servidores do Judiciário Federal em São Paulo "comemoraram" o 1º mês de greve com bolos e salgadinhos em dois locais: diante do fórum trabalhista da Praça Alfredo Issa, na região central de São Paulo, e do prédio do Tribunal Regional Federal, na Avenida Paulista.

A direção acredita na legalidade burguesa, tanto que acolhem a intermediação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello que passou a intermediar as negociações.

A categoria exige a implementação de um novo plano de cargos e salários. Um projeto específico está tramitando na Câmara dos Deputados. O Governo teria proposto, extra-oficialmente, um parcelamento para implementar o plano.

Os sindicalistas consideram o prazo muito longo. Além disso, reclamam que a proposta do Executivo não foi apresentada formalmente. Eles prometem manter o movimento até que a proposta se torne oficial. Nesse caso, ela será avaliada pelos servidores em assembleias.

A experiência da greve do judiciário federal mostra que é preciso um movimento unitário de todo funcionalismo contra o governo-patrão.

Greve dos Condutores de Guarulhos

Cerca de 6 mil motoristas e cobradores de ônibus de Guarulhos, município da Grande São Paulo, entraram em greve no dia 4 de junho e ficaram paralisados por três dias. Apesar da força da luta

dos condutores, a direção resolveu aceitar o acordo proposto pela Associação das Empresas de Guarulhos (Garupas): a) reajuste salarial de 6%, que na assembleia anterior havia sido rejeitado; b) não desconto dos dias parados, c) 90 dias de estabilidade e os demitidos por causa da paralisação vão ser readmitidos. Eles também conseguiram 30 minutos para almoço, tíquete-refeição de R\$ 6,89 e manutenção de outras conquistas sociais. A categoria deverá agora organizar a luta contra as demissões que irão ocorrer após a estabilidade.

Produção cai e Scania demite militantes

Cerca de 90 funcionários da produção estão há mais de três meses em licença remunerada, devendo permanecer assim até dezembro e depois serem demitidos. A licença remunerada destes companheiros ocorreu como desenvolvimento de um acordo o ano passado entre a direção sindical e a patronal. No acordo ficou estipulado que se abria um plano de demissões voluntárias (PDV) que deveria abranger 200 operários. Só que apenas 110 caíram neste engodo. Ficando restando um saldo de 90 operários na conta do patrão. Este simplesmente escolheu a dedo quem deveria mandar embora, colocando em licença principalmente os companheiros que estavam se organizando na fábrica contra a patronal e a direção burocrática.

A crise capitalista faz com que as multinacionais procurem recuperar a baixa vendagem de seus produtos diminuindo o chamado custo da produção (que na verdade passa a ser o valor destinado ao pagamento de salários e outros direitos trabalhistas) e estancando a produção (em julho a Scania interrompera a produção nos dias 10, 11, 12, 15 e 29). O próximo passo da empresa será a de avançar na terceirização. É preciso que os operários busquem se unificar num único movimento contra a demissão e a precarização do trabalho.

Militante no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

PT

O imperialismo aumenta pressão sobre a disputa eleitoral

O valor do Real está nas mãos dos credores e especuladores internacionais, ou seja, nas mãos do capital financeiro imperialista. Os banqueiros nacionais apenas seguem esse ditame e procuram tirar o maior proveito possível. A desvalorização do Real, queda na Bolsa de Valores, classificação de alto risco de endividamento e retomada da crise da dívida externa e interna (desvalorização dos títulos públicos com vencimento a partir de 2003, mudança de critério do Banco Central aos títulos da dívida interna e novo empréstimo de 10 bilhões de dólares do FMI ao governo) são consequências das movimentações realizadas pelo capital financeiro.

O Plano Real de FHC foi arquitetado como parte do amplo Plano de Estabilização, constituído por um conjunto de reformas antinacionais e antipopulares, como privatizações, salvamento de bancos falidos (Proer), Lei de Responsabilidade Fiscal, destruição da Previdência pública, implantação da flexibilização do trabalho, superávit fiscal de 3,5% do PIB, alta carga tributária, gerenciamento do endividamento pelo Banco Central sobre a base de gigantesca taxa de juro etc. Resultado: a dívida interna e externa foram às alturas e colocaram o Brasil em situação de submissão aos banqueiros internacionais em patamares mais altos.

À mercê das multinacionais e dos banqueiros, o Brasil é um país quebrado. Apesar de todos seus recursos naturais, agrários e industriais, segue o curso de bancarrota da Argentina.

O imperialismo usa de sua capacidade de manejo da crise para combater a candidatura de Lula. De um lado, pressiona todas as frações da burguesia a superarem sua divisão, que dissolveu a aliança responsável pelo Plano pró-imperialista de FHC, para impedir a chegada do PT ao poder. De outro, pressiona o próprio PT para contrair um compromisso explícito de manutenção da política econômica do atual governo - exige o continuísmo.

Em sua ida aos EUA, para responder às pressões dos banqueiros, Aloizio

Mercadante trouxe na bagagem o "conselho" dos chefes das finanças de que Lula deveria ser mais incisivo e claro na sua disposição de cumprir a qualquer custo os contratos das dívidas. O especulador George Soros retomou as ameaças: ou Serra é eleito, ou no dia seguinte às eleições o País viverá o inferno da fuga de capitais. Pode-se deduzir que exporá sua real situação de falência mascarada pela "estabilidade" de FHC.

O descaramento dos banqueiros em influenciar as eleições no Brasil mostra a ausência de verdadeira soberania nacional.

O PT/Lula se mostram incapazes de responder ao imperialismo

Como o PT tem reagido à campanha do imperialismo, que Lula tem chamado de "terrorismo eleitoral" do PSDB? Aloizio Mercadante, Guido Mantega e Antônio Palocci, a tríade que coordena o programa de governo de Lula, corre de lá para cá atrás dos banqueiros, industriais, usineiros-latifundiários, para mostrar que as mudanças pretendidas na diretriz econômica não visam romper contratos, deixar de pagar os juros das dívidas, retroceder as privatizações já efetuadas e fechar o país para os investidores internacionais.

Pelo contrário, acreditam que uma política de crescimento interno, de investimentos estatais, proteção do pequeno e médio capitalistas, reordenação na carga dos impostos, incentivo fiscal aos exportadores, alguma melhoria social, controle das importações, renegociação das condições de pagamento das dívidas etc permitirão evitar rupturas contratuais e afastar a necessidade de "calote" forçado como o da Argentina. E prometem dar continuidade à austeridade fiscal, aplicando a Lei de Responsabilidade Fiscal, superávit orçamentário compatível com o endividamento, rigorosa orientação antiinflacionária etc.

Como se pode ver, o PT/Lula, por meio de seus economistas, procura responder à atuação do imperialismo e ban-

queiros nacionais contrários à sua chegada ao governo com uma política positiva aos interesses dos credores e especuladores. Mas os experientes urubus sabem que uma mudança na política atual de contenção do crescimento e de total favorecimento ao capital especulativo poderá reduzir a gigantesca lucratividade. Sabem também que o Brasil está falido perante os credores e que terá de entregar parte mais significativa dos recursos nacionais e permitir uma maior concentração monopolista de ramos da produção, serviços etc sob o controle externo. Para essa perspectiva, é melhor José Serra e manutenção do PT na oposição consentida, "propositiva" e conciliadora, como tem sido até agora.

O PT na oposição tem sido útil ao imperialismo. Votou contra vários projetos do governo, mas sem colocá-los em risco, e utilizou seu controle sobre a CUT/sindicatos para impor a conciliação de classe e mantê-los subordinados às suas diretrizes de oposição parlamentar. Os acordos de flexibilização feitos pelos Sindicato Metalúrgico do ABC é prova disso.

O PT tem se caracterizado como oposição burguesa, mas sem sólidos laços com o grande capital ou alguma de suas frações. Não é por acaso que, diante da possibilidade de ganhar as eleições, o PT procura apoio de parte da burguesia com a promessa de política desenvolvimentista e de traços protecionistas. Um sinal dessa condução tem sido a aproximação de Lula e do empresário têxtil José Alencar, do PL. O desespero petista chegou ao ponto de estabelecer um acordo com os dissidentes do PMDB, encabeçados por Orestes Quércia, conhecida raposa da política burguesa e da corrupção, em São Paulo.

O PT dá mostras de incapacidade e indisposição de enfrentar as pressões do imperialismo, o que só seria possível se se apoiasse na luta antiimperialista da classe operária e dos camponeses pobres. Fatalmente, o PT permanecerá à mercê das pressões do grande capital durante as eleições e depois delas.

Aliança PSDB/PMDB/PFL quebrou o país

Os banqueiros internacionais culpam a possibilidade de Lula/PT ganhar as eleições como fator de aumento de risco de crise financeira do Brasil. Os porta-vozes do imperialismo exigem que o candidato petista se comprometa com o continuísmo da política do atual governo. Dizem que não basta a promessa de que o PT não provocará nenhuma ruptura e que cumprirá todos os contratos com os credores.

A direção do partido esclareceu que o conceito de ruptura na política econômica expresso no documento do seu XII Encontro não tinha valor prático e que estava ultrapassado pelos acontecimentos. Mas esse compromisso não parece suficiente para o grande capital. Os saqueadores exigem a permanência da ditadura que quebrou o país.

A crise econômico-financeira que volta à tona não tem a ver com as eleições, mas sim com a situação objetiva de desintegração do capitalismo mundial e de submissão do Brasil a um período de maior sangria dos recursos nacionais que o país já viveu.

O governo FHC fez saltar a dívida interna que era de 28% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1994, para 54,5% do PIB, em 2002. Trata-se de uma dívida de R\$ 650 bilhões. A previsão é a de que rapidamente atingirá 57% do PIB. Acrescenta-se a esse quadro a dívida externa, pública e privada, da ordem de 231,3 bi-



Lula, com José Alencar (PL) e Itamar (PMDB): um encontro para buscar maior confiança de setores do poder econômico

lhões de dólares (dados do ano 2000). Temos assim o PIB inteiramente comprometido. O salto do endividamento decorreu, em grande parte, das altas taxas de juros e da quebra do Real.

A tal da estabilidade conquistada no governo FHC e que se exige que Lula siga é de pés de barro. Os banqueiros internos e externos sangraram o país. O que se quer de Lula é que continue a ser o governo do grande capital. Nesse ponto, devemos ter consciência de que qualquer que seja o candidato eleito terá de

seguir, de uma forma ou de outra, os ditames da economia capitalista. O que significa atender as pressões da classe dominante.

Os trabalhadores não têm de e não devem seguir os choques que ocorrem na política eleitoral. Devem colocar que a crise é descarregada sobre a maioria oprimida. A resposta deve ser a defesa do emprego, salário, direitos trabalhistas, da terra aos camponeses e do programa socialista.

Moção contra as perseguições políticas, processos judiciais e repressão policial aos camponeses do Pontal

A Apropec e Afapuc estão de acordo com a exigência do Movimento Sem-Terra (MST), dirigida ao governador Geraldo Alckmin, de que cessem as perseguições políticas, os processos judiciais e a repressão policial aos camponeses do Pontal do Paranapanema. Está evidente que a política agrária de FHC e dos governos estaduais não resolveu o problema dos trabalhadores sem-terra. Ao contrário, primou pela proteção aos latifundiários. A situação de penúria em que vivem milhões de camponeses sem-terra e sem-emprego é parte do

quadro de crise social que atinge a maioria oprimida. O desemprego, o esmagamento salarial e a destruição de direitos trabalhistas tomaram conta de todo o país. Os trabalhadores urbanos e agrários são as verdadeiras vítimas da crise econômica e dos planos, que protegem os monopólios e sacrificam a vida da maioria. Essa contradição obriga os que vivem de seu trabalho a lutarem pela sobrevivência. Encontram pela frente a violenta repressão desfechada pelo Estado e pelas milícias particulares do latifundiários. Acabamos de presenciar a absol-

vição dos executores da chacina de Eldorado dos Carajás como um ato político de defesa da violência reacionária do Estado contra os sem-terra. As chacinas e a sua afirmação jurídica são o retrato das relações de classe e das condições opressivas em que vive a maioria. A Apropec e Afapuc, como entidades dos trabalhadores em educação, colocam-se do lado dos camponeses pobres e, juntamente com o MST, exige o fim da violência estatal e particular contra os trabalhadores.

Rondônia

Violência governamental aos acampamentos do MST em Rondônia

O comandante geral da Polícia Militar de Rondônia, Jorge Honorato, disse que cumprirá o plano do governo de retirar os camponeses de 5 acampamentos. A polícia traçou o plano de ação depois de vistoriar a fazenda Gladys, usando helicóptero. Mas a estratégia inicial envolve os três acampamentos do MST: o da fazenda Gladys, com cerca de 300 famílias; São Francisco, com 200 e o da Sol Nascente, no município de Alta Floresta, com 150 acampados. Neste último, o empresário e presidente do PMN, Antônio Morimoto entrou com uma ação na Justiça contra a ocupação dos sem-terra. O incrível é que o latifundiário faz parte da Frente Popular Independente, juntamente com o PCdoB e PCB. Os outros dois acampamentos são: Lima Juti, com 60 famílias, em Vale do Anari; e Galo Velho, com 150 famílias.

A polícia armou uma operação militar para retirar os camponeses da Fazenda Gladys, pertencente a Odila Sene Guadalupe. Uma latifundiária que vem sendo acusada de grilagem de terras e que já depôs na Assembleia sobre a apropriação de terras. Mesmo assim, a Justiça de Porto Velho deu-lhe a reintegração de posse.

O INCRA já tinha estado nessa ocupação, vistoriado a área e esta cumpria os padrões exigidos para o assentamento. Essa fazenda estava ocupada desde 1998.

Os camponeses chegaram a pedir à Justiça que esperasse mais um mês, pois no local havia plantação de arroz, feijão, mandioca, milho, cana e amendoim e que não estava pronta para a colheita.

Os trabalhadores sem-terra têm utilizado os métodos próprios da classe operária, que são os da ocupação. Embora, em alguns casos, tenham esboçado resistência à desocupação, ainda uma boa parte dos camponeses acaba saindo das fazendas sem nenhuma reação. Isso foi o que ocorreu com os da Fazenda Gladys.

Essa conduta expressa a orientação política do reformismo (PT) e da Igreja. A ocupação das fazendas tem o sentido de pressionar o governo, pela via legal,



Sem-terra são despejados em Rondônia.

de desapropriação e assentamentos. Quando o latifundiário não aceita as regras, recorre à Justiça, o governo acaba cumprindo a função de defesa da propriedade privada. Aí aciona o aparato militar para proteger os latifundiários e expulsar os camponeses. Assim vemos que a política restrita de pressão ao governo e a de promover assentamentos de acordo com a vontade governamental acaba enfraquecendo a capacidade de luta dos camponeses e facilitando as medidas de reintegração de posse.

Bianco (PFL) governador dos latifundiários

A repressão sobre os camponeses pobres no Estado de Rondônia vem sendo acionada pelo governador e candidato à reeleição, José Bianco. Diz que acata a decisão do Tribunal de Justiça contra os sem-terra para não sofrer intervenção federal, pressionado pelos latifundiários. Pura hipocrisia!. Bianco é o representante dos fazendeiros no poder do

Estado. Para ser reeleito depende do dinheiro e dos serviços que já prestou e que poderá ainda prestar à classe dominante.

A vida de Bianco sempre esteve marcada pela repressão aos trabalhadores. Basta que lembremos das 10 mil demissões de funcionários públicos, que realizou em janeiro de 2000. O fato de cumprir a decisão da Justiça contra os sem-terra, de traçar o plano militar de desocupação das fazendas e acionar a repressão do Estado nada mais é do que a continuidade de sua política de classe: antitribalhadora e antipopular.

Os latifundiários praticam o terror

O jagunços da latifundiária Odila atearam fogo nos barracos, obrigando os poucos que se encontravam no acampamento a se refugiar na floresta. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou que tais jagunços jogaram óleo diesel para matar as plantações feitas pelos

camponeses.

Esse não é um fato isolado. Os jagunços dos latifundiários estão constantemente invadindo os acampamentos e atirando sobre os trabalhadores. Há pouco tempo, os jagunços da latifundiária invadiram o acampamento Paulo Freire atirando para todos os lados e os camponeses ficaram sitiados em seus barracos.

Os latifundiários têm sua milícia particular e agem diariamente contra os sem-terra. Sem dizer do aparato repressivo do Estado que sempre está a sua disposição para agir contra os camponeses.

Para os camponeses pobres não há outra saída senão organizar os comitês de auto-defesa

Os trabalhadores sem-terra têm

mostrado disposição de luta. São mais de 1200 famílias que vivem na penúria e estão obrigadas a ocupar terras para plantar e comer. A desocupação dessas fazendas imporá mais fome para esses milhares de camponeses.

A via do pacifismo, da saída das terras de cabeça baixa, das promessas eleitoreiras, da Justiça burguesa e das regras governamentais de assentamento mostraram que não solucionam o problema da fome dos sem-terra.

Com isso, não se pode dizer que a resistência armada seja de fácil solução. E nem que deva ser a única forma. As ações táticas de recuo podem se colocar dependendo das condições. Ocorre que os organizadores pacifistas se negam a utilizar as táticas de auto-defesa armada. Inclusive a combatem. Portanto, o que está colocado é organizar a resistência à violência do governo e dos latifundiários. Essa é uma tarefa do movimento

camponês em seu conjunto. A organização dos sem-terra sobre a base dos comitês de auto-defesa está colocada há muito tempo. É o que demonstra as inúmeras experiências, entre elas as chacinhas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

A ocupação de terras, no sistema de propriedade privada dos meios de produção, necessariamente impõe aos camponeses a resistência coletiva. Por isso, a unidade com a classe operária (aliança operária camponesa) é uma tarefa essencial para a vitória da luta no campo. Por outro lado, a violência reacionária do Estado para recuperar a propriedade privada latifundiária tem de ser respondida com a organização da auto-defesa armada. As direções que combatem os comitês de auto-defesa e pregam as "negociações" e as saídas pacíficas dos sem-terra, acabam defendendo a propriedade privada.

Ceará Mirim (RN)

Garibaldi/Fernando Freire golpeiam a educação pública

Os Estados e municípios seguem as diretrizes do plano pró-imperialista de FHC. Uma delas atinge em cheio a escola pública. O esmagamento salarial, aumento da jornada de trabalho, as péssimas condições de funcionamento, fechamento de escolas e demissões têm ocorrido por todo o país.

O Rio Grande do Norte não foge a essa regra. O governo negociou com o sindicato um acordo para pôr fim à greve e até hoje não cumpriu. As propostas apresentadas pelo governo mantêm as gratificações congeladas, negam as promoções automáticas e verticais, pretendem tratar as escolas como empresas e, ainda mais, planejam diminuir o período de férias.

Os trabalhadores em educação necessitam da ação coletiva para barrar as novas medidas que virão. A organização das escolas, as assembleias, a formação dos comitês em defesa da escola pública, a unidade com os pais e alunos devem ser o ponto de partida para um forte movimento grevista.

A experiência nos ensina que é preci-

so combater as ações governamentais. Há uma tendência instintiva dos trabalhadores na busca da unidade e coesão do movimento. Porém, as direções burocratizadas agem dividindo os trabalhadores. A divisão ou fragmentação das lutas resulta em enfraquecimento da ofensiva dos educadores contra os governos que aplicam o desmonte da educação gratuita.

Ednólia Melo, uma prefeita embrutecida

Ednólia Melo só sabe aplicar a repressão. Não ouve, não pensa e só sabe ditar ordens para reprimir os trabalhadores. Armou o cerco para demitir os poristas que dirigem o Sinte de Ceará Mirim. O plano iniciou com o fechamento da escola de Manguari em que trabalhavam e o corte dos salários. Como não conseguiu calar esses opositores, planejou uma transferência compulsória, portanto uma armadilha esperando que caíssem. Como houve reação, abriu um processo fraudulento

para demití-los.

Aos demais professores, a prefeita e sua serviçal, Margarida Lima, têm criado medidas punitivas para impedir a participação nas assembleias.

O que quer a Sra Ednólia é que todos sigam suas normas como carneiros. Suas normas são as de fechamento de escolas, demissões, arrocho salarial e de péssimas condições de ensino. Para os trabalhadores em educação, pais e alunos não outro caminho senão enfrentar a violência da prefeita.

A vitória dos processados pela prefeita significa uma vitória para a luta dos trabalhadores. Breçar a violência repressiva da prefeita significa fortalecer o movimento. Significa também dar um basta à política de destruição da escola pública.

Lutemos juntos contra a prefeita e seus capachos!

Não deixemos que a prefeita e o governo fechem escolas!

Participemos da campanha financeira de ajuda aos que tiveram os salários cortados!

Professores-SP

Foi expressiva a votação da chapa 4

Nas eleições da Apeoesp, a chapa 4, do Movimento de Oposição dos Trabalhadores em Educação, obteve 5,91% dos votos. Na capital, ultrapassou os 10% e, na Grande São Paulo, passou de 9%. Ainda não temos em mãos os resultados de todos municípios e regionais, o que nos impede de fazer uma avaliação mais completa. Mas o importante é que cerca de 4 mil professores rejeitaram os programas da Articulação, do PSTU e de todas as variantes do PT. A chapa 2, "Oposição Alternativa", era composta do PSTU e uma ala do PT. Com o nome de oposição, o programa dessa chapa pouco se diferenciava do reformismo da Articulação petista, porém arrastou um setor da classe que rechaçava a direção da Apeoesp (chapa 1).

A nova diretoria da Apeoesp será composta pela maioria da Articulação e PCdoB (chapa 1), pelo PSTU e setores petistas vinculados aos deputados Ivan Valente e Luiz Eduardo Greenhalgh (chapa 2) e pela cisão da Articulação, que tem o nome de Artnova. Pela primeira vez, depois do Congresso que votou a proporcionalidade na composição da diretoria da Apeoesp, ela será aplicada na nova gestão. Os mesmos que concordaram com a proporcionalidade com percentual (acordo entre PT e PSTU) - ou seja, se há duas chapas é necessário obter 20% de votos; se há mais de três, 10%. - são os que farão parte da diretoria. A chapa 4, como não obteve os 10% no interior, ficou fora da direção.

As chapas 1, 2 e 3 despojaram muito dinheiro

As chapas vencedoras gastaram muito dinheiro. A assembléia de professores tinha decidido a verba de pouco mais de 4 mil reais para cada chapa. Uma quantia que dava unicamente para imprimir 2000 cartazes e 6000 cartas programas. Porém, a campanha dos vencedores contou com cartazes, jornal, adesivos, camisetas, panfletos de vários tipos e envio (selagem de correio) da propaganda eleitoral para todos os associados (por volta

de 120 mil). Sabemos que o custo de correio ficava em torno de 60 mil reais. Sem dizer os militantes que foram liberados para percorrer escolas em todos os municípios. Não por acaso, uma parte dos materiais da chapa 1 chegou aos associados com o patrocínio dos vereadores como Flávia Pereira, Beto Custódio, Wagner Lino, Renato Simões, Luciano Zica. O mesmo ocorreu com as chapas 2 e 3.

Portanto, não havia nada de democrático no uso da verba para as eleições. As chapas 1, 2 e 3 contaram com mais recursos e todos eles já tinham vínculos com outros sindicatos e CUT, o que facilitou a boca de urna e fiscalização.

A chapa 4 compareceu unicamente com seus militantes e com a defesa do programa, que era radicalmente oposto ao reformismo e centrismo do PSTU.

A essência do programa da chapa 4

A chapa 4 defendeu:

1.A derrubada integral do Plano. O que significa a unidade dos trabalhadores em torno das reivindicações elementares, como emprego, terra aos camponeses (sem-terra), salário, saúde e educação públicas. Requer a força coletiva de resistência das classes trabalhadoras para ganhar as ruas e paralisar a produção.

2.O não pagamento das dívidas interna e externa e rompimento de todos os acordos com o imperialismo (FMI, BIRD, BID etc). O que pressupõe a organização da luta antiimperialista para expulsar os saqueadores e expropriar a burguesia de conjunto.

3.A rejeição das frentes populares eleitoreiras, que têm arrastado os trabalhadores e mantido o sistema de exploração capitalista.

4.O governo operário e camponês, resultado da luta de classe, como a única via para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho e como instrumento necessário para implantar o socialismo.

5. A bandeira de Fora o imperialismo! Fora a guerra genocida de Israel so-

bre a Palestina. Pela autodeterminação do povo palestino. Fim do Plano Colômbia e de todos instrumentos de opressão imperialista. Unidade dos trabalhadores na luta antiimperialista.

6.Não à Alca! Não ao Mercosul! Unidade dos povos explorados contra o domínio político e econômico dos países imperialistas.

Em relação à educação tinha como proposta:

a) Abertura de todas as escolas e salas fechadas e criação de novas unidades escolares. Nenhum aluno fora da sala de aula. Nenhuma sala com mais de 25 alunos. Readmissão de todos os professores demitidos. Contratação de todos os professores eventuais, com igualdade de direitos;

b) Fim da municipalização e reforma do ensino médio (telessalas, redução da grade curricular, eliminação de disciplinas etc). Levantamos a bandeira de um único sistema de ensino (estatal e sob o controle dos trabalhadores), para que todos tenham acesso a todos os níveis de ensino (do infantil ao universitário). Rejeitamos o vestibular porque significa a eliminação dos filhos dos trabalhadores e por ser um mecanismo da escola seletiva. Rechaçamos todos os instrumentos de avaliação criados pelo governo: Saresp, Enen, Provão e as tais avaliações por desempenho. Lutamos por um ensino científico (unidade entre o fazer e o pensar) e por isso condenamos o ensino religioso, por ser anticientífico e manter a educação obscurantista.

c) A redução da jornada de trabalho (sem redução de salário) para que haja emprego a todos. Um piso salarial de acordo com as necessidades. Reajuste imediato nos salários, fim dos bônus e gratificações. Não à eliminação de direitos trabalhistas. Aposentadoria integral a todos.

d) Fim da militarização das escolas. Emprego a todos os jovens (jornada de trabalho de 4 horas combinada com os estudos)

Quanto ao sindicato:

- Um sindicato que organiza a luta anti-capitalista e antiimperialista;
- Um sindicato que sirva de instrumento da luta de classe contra o Estado e a burguesia;
- Um sindicato independente da política burguesa;
- Um sindicato apoiado inteiramente no método da ação direta e nos seus meios táticos próprios (greves, bloqueios, ocupações etc);
- Um sindicato que combata o corporativismo e a conciliação de classe;
- Um sindicato que lute contra toda forma de opressão social (política, gênero etc)
- Um sindicato regido pela democracia operária (sindical)

Portanto, um programa de luta e resistência coletiva dos trabalhadores em educação. Oposto ao eleitoralismo e ao aparelhismo sindical.

Militantes do POR foram os mais votados na região oeste de São Paulo

A chapa 4, obteve quase 24% dos votos nessa região, o que significa mais de 320 votos, de um total de 1440. O Partido Operário, que fez parte da chapa 4, foi o mais votado. Isso mostra o trabalho com o programa, as visitas nas escolas e a atuação no seio da classe. É bom destacar que a chapa 4 sequer possuía fiscais para todas as urnas. Portanto, a expressiva votação foi resultado do trabalho que realizou junto aos professores.

Nosso chamado aos professores

É necessário construir de fato o movimento de oposição. E esse se constrói sob a base do programa e da atuação no movimento e na classe. A nova diretoria será dirigida pelas idéias do reformismo petista e pelo centrismo do PSTU. Basta verificar as assembleias ocorridas esse ano, apesar do radicalismo verbal do PSTU, sempre estiveram juntos combatendo a necessidade de organizar a greve para enfrentar o governo. A conquista de nossas reivindicações, que implica na defesa do salário, do emprego, dos direitos trabalhistas e da escola pública dependerá da consolidação de uma fração verdadeiramente oposicionista. Construamos juntos essa fração revolucionária para enfrentar o governo e as direções conciliadoras.

Funcionários da Educação - SP

Congresso da AFUSE

Nos dias 12, 13, 14 e 15 de junho ocorreu o 15º Congresso dos funcionários e servidores da educação. A Corrente Proletária da Educação lançou um manifesto apontando os principais problemas que os funcionários da educação atravessam: a nova política do governador de São Paulo de militarização das escolas (mostrou que a exploração da violência na escola é a extensão da criminalidade espalhada por toda parte, que o capitalismo em decomposição potencia o crime como forma de existência de uma parcela crescente da população oprimida e que juventude que não tem acesso ao trabalho, à escola e que tem sua fa-

mília operária desintegrada e arastada para essa forma de existência; mostrou que isto se trata da barbárie capitalista) mostrando que o objetivo do governo é o de substituir funcionários de escola por polícia e colocou-se contra a demagógica política da escola voltada para o trabalho, pois na escola o ensino é mecânico e decorativo e dissociado da produção social. A política do governo é de responder aos números do Banco Mundial, que impõe o ensino básico.

Foi aprovada neste congresso a seguinte moção:

Moção de repúdio

“Os funcionários da educação do

Estado de São Paulo, reunidos durante o 15º Congresso estadual da AFUSE – Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação, solidarizam-se com a situação pela qual passam os/as trabalhadores/as de Ceará-Mirim, que sofrem a repressão e um processo administrativo por lutarem contra a atitude arbitrária da prefeita Ednólia Melo (PSDB), que fechou a Escola Rural Professor Ezequiel de Souza, em Manguari/RN.

Entendemos que gestos como este praticado pela referida prefeita ferem de maneira cabal o projeto de educação pública gratuita e de qualidade, condição imprescindível na construção de um Brasil mais justo.”

No próximo Massas apresentaremos um Balanço do Congresso.

Organizado Comitê de Luta na Zona Leste

No dia 04/06 o governo convocou novamente os pais para as escolas para encenar a demagógica “Família na Escola”. Os pais, alunos, funcionários e professores do Jardim Santo André aprovei-

taram a oportunidade e se reuniram em Assembleia Popular para discutir a situação de seus problemas básicos: educação, saúde e emprego.

Como proposta da Assembleia

foi organizado o “Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde” que está encaminhando e organizando os jovens trabalhadores desempregados do bairro a lutarem por seus direitos.

Chega aos 50 dias a greve na FFLCH-USP

A greve da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP chega aos 50 dias. É o principal acontecimento na USP dos últimos anos, por colocar-se, através de um movimento massivo de estudantes, em choque com a política de sucateamento e privatização da universidade pública, utilizando o método da ação direta.

A greve da FFLCH mostra como os estudantes podem se colocar à frente de um movimento na universidade, colocando objetivamente a unidade com professores e funcionários e a necessidade de estender o movimento para os outros cursos e projetá-lo para fora da universidade.

Os estudantes se mobilizaram a partir da ameaça de liquidação total de seus cursos, pela falta de professores. A política de redução do quadro docente, aplicada por mais de dez anos pela reitoria, foi sendo assimilada pelas sucessivas administrações da unidade, que levaram à redução das disciplinas optativas e obrigatórias e das habilitações oferecidas, chegando a formular e aprovar para o curso de Letras uma reforma curricular que não passa de uma adaptação do curso à falta de professores (Ciclo Básico com processo seletivo para prosseguir no 2º ano na habilitação desejada). Mas o aperto de cintos se esgotou com a inviabilização de disciplinas obrigatórias e com as salas indo além da superlotação (mais de 200 alunos). Contribuiu para a revolta dos estudantes o projeto de contratação elaborado pela administração da unidade, que se limitava a pedir 105 professores, num prazo de três anos, quando as aposentadorias (pelo menos 112, do total de 335 professores) já terão ultrapassado esse número.

Após duas paralisações, três dias de seminários, uma reunião com o vice-reitor e uma audiência com a pró-reitora de graduação, os estudantes de Letras deflagraram a greve. Desde o primeiro dia (29/04), que se iniciou no noturno, os estudantes da Letras formulavam a luta em termos de unidade com os demais 4 cursos da FFLCH, e posteriormente para toda a USP. Além disso, a greve foi concretizada com sucessivas manifestações de rua, com as quais se projeta a luta para a sociedade e se pres-

siona quem realmente determina os destinos da USP, o governo estadual.

Ao ganhar espaço e destaque na mídia, a greve da Letras ampliou as condições para a unificação. Apesar de algumas direções de CAs se colocarem pela eterna e etérea "construção" da greve, e de defenderem a ínfima reivindicação da administração (105 professores em 3 anos), os estudantes foram aprovando as greves nas assembleias de curso, atingindo, após duas semanas, toda a graduação, e, logo em seguida, a pós-graduação, formulando a reivindicação de professores em pelo menos o dobro do pedido da administração (total de 259 professores).

Os professores, que logo na primeira semana se dispuseram a apoiar o movimento, chegaram a discutir a possibilidade de greve conjunta. O atraso de alguns cursos na mobilização dissipou essa possibilidade.

A reitoria manobrou com a criação de um grupo de trabalho da Comissão de Claros, formado pela indicação de três representantes da reitoria, dois professores da FFLCH e um estudante. A idéia da burocracia era estabelecer uma negociação não com os agentes da greve (estudantes) e sim com os professores, para, a partir de uma proposta acordada, ganhar uma parcela de docentes para trabalhar pelo fim da greve. Por isso, o adiamento tanto da definição da pauta de reivindicações quanto da eleição de uma comissão de negociação jogou contra a vitória da greve e em favor da reitoria.

A assembleia da FFLCH decidiu contraditoriamente rechaçar o GT da reitoria e condená-lo como elemento prejudicial à greve, mas preservou a presença do estudante na função de "observador". A reitoria utiliza a presença do estudante para legitimar o GT e se apresentar como "negociadora", transigente.

A possibilidade de greve de professores e funcionários das universidades estaduais paulistas recolocou a discussão da unidade da comunidade universitária. O problema é que a direção política do Fórum das Seis (Adusp) negou-se a concretizar essa unidade, afirmando que ela se dá simplesmente com a inclusão de reivindicações estudantis

na pauta de professores e funcionários, mas rejeitando as assembleias unificadas e a negociação conjunta dos três setores com as reitorias. A unificação real só poderia acontecer com assembleias, pautas, comandos e comissão de negociação unificados. A formalidade da inclusão de pontos da pauta estudantil na de professores e funcionários submete o movimento estudantil aos professores, dissolve o movimento estudantil no deles e permite que voltem às aulas se obtiverem a reivindicação salarial, deixando a pauta estudantil para as agendas gregas. Somente a unificação real, baseada nas assembleias unificadas, pode garantir que o movimento não se divida frente às manobras da reitoria.

Mas apesar da votação favorável à greve nas três universidades paulistas pelo Fórum das Seis, apenas alguns campi da Unesp e parte dos funcionários da USP foram à paralisação. Os professores da USP, que já haviam aceitado dias antes um acordo com a reitoria em torno do reajuste de 8% (quando pediam 16%), logo aprovaram a "não-greve". Na maioria das unidades, os CAs não mobilizaram os estudantes o suficiente para organizar sequer uma paralisação de um dia. Em uma semana, os funcionários da USP voltaram ao trabalho.

Diante do fim do semestre, a possibilidade de uma greve estudantil imediata de toda a USP fica reduzida. Mas vários cursos poderão se juntar à greve da FFLCH no início do segundo semestre, justamente pela situação de sucateamento: a USP perdeu mais de mil professores nos últimos dez anos.

Chocam-se na dinâmica do movimento grevista duas posições: a de conciliação com a reitoria e submissão aos professores de um lado; e a de choque com a reitoria e o governo, e independência do movimento estudantil, de outro. Na maioria das votações das assembleias, são estas posições, com variações, que disputam a política da greve. Na formulação das reivindicações (reposição de professores ou melhora da situação atual, sucateada), na defesa das manifestações de rua e extensão da greve aos outros cursos da USP ou na restrição do movimento à FFLCH, na maior organização e poder de base em comis-

sões ou na burocratização das decisões de forma centralizada, na necessidade de resoluções de resposta imediata aos problemas ou no protelamento de decisões.

A greve estudantil mostra de modo irrefutável a falência das políticas que submetem os estudantes aos professores (PT/PSTU), que se traduz na estratégia da chamada paridade nos órgãos colegiados e conciliação com a burocracia universitária. E comprova que o movimento estudantil, pela sua relação com a universidade, é capaz de formular a luta unitária dos três setores, apoiado na mobilização, na democracia estudantil e no choque com a burocracia universitária. E de avançar pela sua própria experiência para a construção da aliança com

o proletariado, condição para alcançar plenamente suas reivindicações, pela revolução social.

O destino da greve está ligado à sua capacidade de manter e ampliar as ações de rua e se estender pelo restante da universidade. Essa tendência é combatida pelas direções que expressam a política de conciliação com a burocracia. Pressionadas pelos interesses de aparelho, formulam propostas que evitam o choque com os setores estudantis mais conservadores, receando um retrocesso eleitoral. Esse receio se expressa por exemplo na oposição a colocar em prática os piquetes para parar as aulas dos fura-greves, instrumento democrático de garantia das decisões coletivas contra o autoritarismo individualista.

O avanço do movimento depende da sua elevação política geral, que se dá na prática, pela assimilação da própria experiência, no que é ajudada pela ação política do setor mais avançado e que expressa nas idéias as reivindicações mais sentidas pelos estudantes e sua tendência de luta por elas.

A capacidade de resistir às pressões de volta às aulas, que virão de uma parcela dos professores e de colegas a partir da manobra da reitoria, depende da ampliação do movimento, sua generalização e aplicação da democracia estudantil. Não é só o destino dos cursos da FFLCH que está em jogo, mas o da própria USP enquanto universidade pública e gratuita.

Professores Municipais SP

Manifesto da Corrente Proletária na Educação

Aos trabalhadores em educação

O Congresso do Sinpeem se realiza em meio à profunda crise econômica, aguçada pela desagregação mundial do capitalismo. As conseqüências têm sido drásticas para os países semicoloniais e para a maioria da população. O desemprego e a fome cravam fundo a vida das massas por todo o planeta. Os países imperialistas tentam se proteger ampliando o intervencionismo econômico e militar sobre os países atrasados. A guerra contra o miserável país do Afeganistão, as ameaças sobre o Iraque, o massacre sobre o povo palestino e as operações militares na Colômbia são manifestações do poderio bélico das potências, particularmente dos Estados Unidos. A imposição dos planos neoliberais, que arrasaram e arrasam as economias nacionais da América Latina, a exemplo da Argentina, é o outro lado da mesma política imperialista.

São inúmeras as manifestações de resistência contra tais medidas. Porém, os trabalhadores não têm ainda uma direção capaz de organizar a luta antiimperialista. Os movimentos de resistência são controlados pelos partidos reformistas, social-democratas. O que impede que a luta das massas se generalize e levante o

programa antiimperialista e anticapitalista.

No Brasil, a situação é a mesma. O governo FHC impõe os planos antinacionais e antipopulares. A destruição de 4 milhões de postos de trabalho, o salário mínimo de 200 reais, o esmagamento da Previdência pública, a entrega das estatais ao capital estrangeiro, o sucateamento da saúde e educação públicas são os resultados desses oito anos de governo pró-imperialista de FHC.

A reforma da educação é um dos aspectos dessa política de privatização. A municipalização, a redução da grade curricular, a eliminação de algumas disciplinas, o fim dos cursos técnicos, o congelamento salarial e a quebra de conquistas sociais contidas nos planos de carreira são conseqüências dessa reforma, patrocinada pelo Banco Mundial. Porém, o governo ainda não concluiu a tal reforma. Falta completar a do ensino médio e eliminar as poucas universidades públicas.

As direções, tanto da CUT quanto da Apeoesp e do Sinpeem, não organizaram a luta coletiva contra a destruição da escola pública. Não fazemos da Força Sindical porque são abertamente impulsionadores das diretrizes imperialistas. O radicalismo verbal do Sinpeem, em torno das verbas para a educação, não

tem passado de disputa eleitoral. Não se materializa na organização dos educadores, pais e alunos para enfrentar de conjunto as reformas neoliberais, entre elas a da educação. O corporativismo e o aparelhismo sindical têm falado mais alto. A direção do Sinpeem não combate a inércia de seus aliados reformistas. Não reage diante dos inúmeros acordos de "flexibilização" do trabalho, que vêm destruindo conquistas trabalhistas e impondo na prática a reforma trabalhista de Dornelles. Quem são esses reformistas? O PT e sua burocracia sindical. Portanto, seus aliados eleitorais.

A Corrente Proletária, assinante da tese 5, chama os trabalhadores a rechaçarem a política distraçionista, eleitoral, corporativa e conciliadora da direção de nosso sindicato. E a aprovarem o caminho da mobilização coletiva, da ação direta, para barrar a ofensiva governamental. Alerta os companheiros, que a política da prefeita de São Paulo (PT) é a mesma do governo estadual e federal. Não por acaso, mantém os salários arrochados, impõe a farsa do bônus, sursurria dinheiro da educação, ameaça a destruição de conquistas trabalhistas, aplica a lei dos contratos temporários e com tempo determinado, cumpre a risca a determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, por fim, acata a deci-

são de Alckmin de punir os grevistas do ano 2000, não aceitando na prefeitura nenhum demitido por razões políticas. Como se vê, não podemos dar trégua a esse governo que continua aplicando as medidas neoliberais.

Por isso, chamamos os trabalhadores da educação a se colocarem do lado dos que lutam pelo:

O fim da reforma privatista da educação;

Abertura imediata de todas as escolas e criação de novas unidades;

Estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

Fim da militarização das escolas. E

defesa do trabalho para todos os jovens (4 horas de trabalho e o restante na escola);

Derrubada integral do plano pró-imperialista de FHC;

O não pagamento das dívidas interna e externa e o rompimento de todos os acordos com os banqueiros;

Combate ao intervencionismo militar e econômico do imperialismo sobre as semicolônias;

Rejeição das frentes populares eleitorais, que arrastam os trabalhadores e mantém o sistema de exploração do trabalho.

Defesa dos métodos próprios da clas-

se operária, a resistência coletiva contra os patrões e seu governo. Pela luta anti-imperialista, constituindo a frente única antiimperialista sob a base do programa e método da classe operária;

Defesa do governo operário e camponês, resultado da luta de classe, como a única via para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho e como instrumento necessário para implantar o socialismo.

Construção de um partido programático, fiel aos princípios e à tática de luta pelo socialismo e defensor do internacionalismo proletário - o Partido Operário Revolucionário.

Mais uma multinacional ameaça com 628 demissões

O Projeto Competitividade da Mercedes Benz prevê 720 demissões: 628 em São Bernardo e 80 em Campinas. Trata-se de horistas indiretos e mensalistas que operam nos setores administrativo e de suporte (informática, logística, engenharia etc). Os cortes previstos atingem áreas de planejamento industrial.

A diretoria da Mercedes, no Brasil, afirma que tudo foi pensado na filial brasileira da Daimler-Chrysler alemã. Mas não tem importância se a decisão se dá na filial ou na matriz, como se pretende polemizar frente à acusação de que a empresa responde a uma estratégia mercadológica mundial e que quer eliminar a área de planejamento de novos produtos. O fundamental é que o Plano de Competitividade elimina 700 postos de trabalho, resultando demissões e mais operários desempregados no Brasil.

A Mercedes segue o caminho das demais montadoras, que é de reduzir ao máximo o número de operários, aumentar a exploração dos que permanecem e acabar com direitos trabalhistas - uma forma de redução salarial. O "acordo" da Volkswagen indicou a tendência das montadoras de destruir massivamente postos de trabalho.

Há superprodução mundial na indústria automobilística. A concorrência é feroz. Todas as montadoras usam o aperfeiçoamento tecnológico nessa corrida pelo mercado, agravando ainda mais a superprodução, a capacidade ociosa e o desemprego. Por mais que os capitalistas venham facilitando o financiamento e incentivando os desejos

consumistas da classe média, lançando anualmente novos modelos e colocando penduricalhos no desenho, não têm como reverter a crise de superprodução, que não diz respeito apenas à indústria automobilística. Esse é o problema essencial que o movimento operário tem de observar, compreender e responder com uma política de classe.

O objetivo da Daimler-Chrysler de liquidar o setor de planejamento e desenvolvimento de novos modelos de carros e caminhões, importá-los da Alemanha e de limitar a planta de São Bernardo à montagem é reflexo do que se passa na economia mundial, que se manifesta com particularidades na economia interna do Brasil.

Os metalúrgicos não devem aceitar a solução Sindicato/Volks

Conhecemos bem a competência da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC para manobrar nessas situações difíceis em favor das multinacionais. Inicialmente, radicaliza em palavras contra as demissões, para depois dizer que não há outra saída a não ser um acordo "negociado". Teatraliza com ida à Alemanha e com audiência com o Presidente da República, desmonta a disposição de luta grevista dos trabalhadores e finalmente chega ao objetivo: acordo de demissão negociada. Foi assim na Ford e na Volks.

Frente ao Programa de Competitividade da Mercedes, estampa a bandeira

"Demitiu um, lutam todos". (Na Volks, não chegaram a tanto porque a empresa antecipou as negociações). Essa bandeira quer dizer: nenhuma demissão; caso resulte de fato, organizar a greve na Mercedes e convocar imediatamente a Assembléia Geral de todos metalúrgicos do ABC para barrar as demissões e exigir a redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários para empregar os desempregados.

A Tribuna Metalúrgica diz: "No momento em que a Mercedes Bens chamar o primeiro trabalhador para pegar o voluntariado, forçando assim sua demissão, todos os demais trabalhadores da fábrica em São Bernardo iniciarão uma longa luta". Está aí uma boa decisão inicial. Mas logo vem acompanhada com a teatralização de pedir licença à Assembléia para a diretoria e a Comissão de fábrica irem ao Presidente da República pedir que interfira junto à empresa para que mantenha "os postos de trabalho e o desenvolvimento da tecnologia no Brasil."

Depois da Assembléia, a Mercedes resolveu suspender as demissões. Tudo indica que se trata de uma manobra momentânea. O período eleitoral pode influenciar na atitude da multinacional. Mas o importante é não confiar que a Mercedes tenha modificado o objetivo central do seu Programa de Competitividade.

Está colocada a necessidade de uma Assembléia Geral de todos metalúrgicos do ABC para traçar uma campanha contra demissões e desemprego.

Encontro Operário

Crítica à política do colaboracionismo de classe

A substituição de Fernando Collor de Melo por Itamar Franco (impeachment) não alterou a implantação das diretrizes neoliberais, impostas pelo "Consenso de Washington" (1989), a mando do imperialismo. O Plano de desestatização, a manutenção das altas taxas de juros para atrair o capital externo, o arrocho salarial, um salário mínimo de 99 dólares, demissões etc. estiveram presentes. A linha do movimento sindical se concentrou na política de buscar um "Entendimento Nacional" (pacto social). O PT se colocou pelo apoio crítico ao governo de Itamar, guiado pelas supostas diferenciações entre Collor e Itamar. Acobertava assim o continuísmo dos planos pró-imperialistas. A CUT, por sua vez, endossava a política de participação das Câmaras Setoriais, criadas logo após o fracasso dos Planos Collor I e II. O acordo assinado entre Vicentinho (CUT) e a Ford (1991), que conteve o movimento grevista, impôs também a participação do Sindicato na Câmara Setorial do Setor Automobilístico. A burocracia sindical, Articulação/PT, via nas Câmaras Setoriais a possibilidade de "democratizar as relações de Trabalho".

O Congresso dos Metalúrgicos do ABC (setembro de 93) aprovou a continuidade dessa política, embora os setores oposicionistas (minoritários) dissessem que se tratava de colaboração e eliminação do conflito entre o capital e o trabalho. Para os capitalistas, as Câmaras Setoriais possibilitaram o um respiro aos seus negócios. Para os operários, a manutenção dos chamados "níveis de emprego" foi desconsiderada pelo patronato. Porém, a política da Central e do Sindicato foi a de reforçar a presença de tais Câmaras em outros setores produtivos. Estas só foram desativadas por iniciativa do governo, quando FHC preparou o Plano Real. A conduta da CUT de "negociação" nas Câmaras Setoriais fazia parte da política sindical mais geral, que implicou na filiação da CUT à CIOSL (V Plenária Nacional da CUT-1992), propagadora do sindicalismo conciliador e colaborador e modificações estatutárias envolvendo a criação das federações e confederações. Apesar do bloqueio imposto pela burocracia sindical ao movimento operário, o desemprego motivou as manifestações contra as agências de emprego, terceirização e congelamento salarial. As manifestações operárias, que expressavam na tendência das massas se unificarem nacionalmente, foram abortadas pela ação da burocracia sindical, envolvida com nas negociações em torno das Câmaras Setoriais.

Aproveitando a contenção das lutas exercida pela direção burocrática, os capitalistas exigiram que os sindicatos aceitassem os contratos temporários e a eliminação de

encargos sociais. A alegação é que a eliminação de tais encargos possibilitaria mais contratações e que se tratava de uma "nova tendência do mundo do trabalho". Essa exigência é uma das conseqüências da crise capitalista, que obriga o patronato a descarregá-la sobre os trabalhadores. Era o momento em que a Volkswagen, na Alemanha, exigia que os operários aceitassem a redução de 20% nos salários e a redução da jornada, em função da crise de superprodução. Por sua vez, o Ministro Walter Barelle elaborava o plano de extinção dos encargos sociais para favorecer os capitalistas. Da mesma forma, Itamar Franco preparava a revisão Constitucional para pôr fim à estabilidade no emprego do funcionalismo público e fim à aposentadoria por tempo de serviço. Assim, logo que FHC se tornou ministro de Itamar Franco fixou os salários em URV, o que significou perda de 20%, pois era fixado em 80% do seu valor de dissídio. Os preços dos produtos passaram a ser reajustados livremente.

A lei salarial proibiu reajustes fora do dissídio anual. Os impostos sobre a classe trabalhadora foram elevados. O salário mínimo se reduziu a 64,9 URV, um dos mais baixos de sua história. Portanto, um conjunto de medidas que não atingia os interesses dos banqueiros e empresários, mas sim dos assalariados e desempregados. Era o início da implantação da nova moeda, o Real. Os preços foram às alturas e os salários caíram vertiginosamente. A farsa em torno da estabilização econômica era o artifício para arrastar a burocracia corrompida. Os direitistas da Força Sindical declaram favoráveis ao Plano. Embora a direção da CUT não esboçasse uma resistência coletiva dos trabalhadores, os metalúrgicos do ABC não aceitaram a perda de 27%. A greve começou nas grandes fábricas e, em seguida, atingiu as demais. Isso porque a política da direção era de realizar as greves por fábrica. Tal política fez com que as negociações se realizassem por empresa, inviabilizando a tendência à generalização da greve entre os metalúrgicos. A aceitação da proposta patronal de 19%, isolou os setores que desejavam a continuidade do movimento, a exemplo da Mercedes, Scania, que não tiveram outra alternativa senão retornar ao trabalho. Em maio de 94, V CONCUR deu seqüência à linha colaboracionista aprovando a resolução: "combinação da mobilização dos trabalhadores com a ampliação da presença da Central na sociedade, através da ocupação de espaços institucionais (Câmaras Setoriais, Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador -CODEFAT e outros). E a "combinação do combate à implantação do projeto neoliberal com a formulação de diretrizes alternativas".

A imposição do Plano Real e a aplicação das medidas antinacionais e antipopulares, provocaram a resistência coletiva dos petroleiros (maio de 95). Uma greve radicalizada que veio à tona após inúmeras negociações da direção com o governo, na tentativa de FHC manter o acordo estabelecido com a CUT e a Federação Única dos Petroleiros, que previa a reposição das perdas do Plano Real. O recém-eleito FHC, para manter o Plano Real, não acatou o acordo. Não havia outro caminho senão a greve, pois o descontentamento era geral. O movimento grevista se tornou nacional, o governo despejou intensa campanha contra e, em seguida, reprimiu violentamente. O papel de Vicentinho, Lula, Meneguelli foi de condenar a greve e responsabilizar os petroleiros pela falta de gás. Fizem coro com a campanha governamental para que não houvesse um levante geral dos assalariados contra o Plano Real. As conseqüências foram violentas: demissões e multas pelos supostos danos causados à população. A burocracia sindical, portanto, quebrou a primeira e mais importante resistência da classe operária à política de privatização, ao congelamento salarial e demissões, pilares de sustentação do Plano Real. As direções direitistas (Força Sindical) e reformistas (Articulação/PT) iludiram os trabalhadores. Ao invés de defenderem as reivindicações dos assalariados, colocaram-se a favor das propostas patronais de redução de impostos, juros e liberação de crédito. Usaram o falso argumento de que esta seria a forma para ativar os empregos. Dessa forma, a burocracia impediu que os sindicatos fossem utilizados pelos trabalhadores como instrumentos de luta contra a onda de demissão que iria percorrer quase todo o período do governo FHC.

Em 1995, a diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC assinou o acordo com a Ford de implantação do banco de horas. Tratou-se de um mecanismo patronal frente à crise de superprodução, que lhe dava liberdade de reduzir jornada ou ampliá-la. Acabava também por ser uma forma do patronato sonegar as horas-extras. O banco de horas passou a ser previsto em lei em fevereiro de 1998. Ao invés de reivindicar a reposição salarial, as direções barganharam com os patrões a "Participação no Lucro e Resultados (PLR)". O PLR foi usado como meio para se evitar as reivindicações salariais e de exigir maior produtividade. As negociações e acordos impunham a "flexibilização dos direitos trabalhistas" e os contratos temporários. A burocracia admitiu esse recurso dos capitalistas. Aiegiu aos operários que era necessário tais acordos para preservação dos empregos. Na verdade, não passavam de medidas para proteger os lucros das empresas e descarregar a crise sobre os trabalhadores.

Na VII Plenária da CUT (setembro-95), a direção fez aprovar a resolução de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos à CUT e manter a política "alternativa" e de não enfrentamento com o governo e capitalistas. Assim, a campanha salarial, que envolvia várias categorias, foi desativada. Os bancários aceitaram a proposta da patronal, a direção dos petroleiros (Spis) manobrou para não sair a greve e a dos metalúrgicos evitou que os operários se levantassem contra as demissões. A burocracia metalúrgica reformista admitiu a redução do salário com a falsa promessa de assegurar empregos, enquanto que Paulinho da Força Sindical saiu à frente na defesa da quebra dos direitos trabalhistas. As direções abafaram os descontentamentos e combateram toda tentativa de resistência da classe operária.

A greve geral de 21 de junho de 1996 contou com a paralisação de 12 milhões de trabalhadores. As condições de convocação foram precárias e tímidas por parte das direções sindicais. A paralisação desse contingente expressava a tendência de luta no seio das massas. Embora parcial, a greve geral mostrou o descontentamento contra o desemprego crescente e o arrocho salarial. Porém, a conduta da direção de não realizar piquetes, grandes manifestações e não trabalhar pela paralisação total da força produtiva contribuiu para que não houvesse um conflito generalizado contra o governo e seu Plano de fome. O governo avançou em seu programa de privatização com a venda da Vale do Rio Doce, primeiro semestre de 1997. O VI CONCURTO (agosto de 1997) referendou a tática da "resistência propositiva" e "disputa de hegemonia". A essência dessa formulação se resume na defesa de uma alternativa de desenvolvimento capitalista supostamente diferenciada do neoliberalismo.

A burocracia dominante na CUT dava mais um passo na integração da Central ao Estado burguês. Ou seja, anulando-a como um Estado Maior do proletariado, capaz de organizar e centralizar o combate nacional da classe operária à burguesia de conjunto. A hegemonia de que fala a CUT era e é colocar os sindicatos à mercê da frente popular de colaboração de classes. O PT ditava assim sua estratégia de governo burguês, denominado democrático e popular, à CUT. O argumento de que a Central e sindicatos eram autônomos frente aos partidos políticos mal escondia o controle do PT sobre a maior parte da burocracia sindical. O resultado dessa política se firmou com a anulação da CUT perante a reforma de destruição da Previdência pública, das privatizações, das demissões etc. Isso no momento em que o movimento camponês ganhava força, o Estado era obrigado a desfechar brutal repressão - chacina de Eldorado dos Carajás - e as demissões em

massa ganham maior projeção, milhões de postos de trabalho eram destruídos.

O ano de 1998 foi marcado por uma grande ofensiva contra o emprego. O patronato propôs a Força Sindical o acordo de redução de 10% dos salários e 25% na jornada de trabalho. O que foi aceito. A CUT e o Sindicato Metalúrgico do ABC aceitaram a proposta da Volks de redução dos salários e as chamadas "demissões voluntárias". Isso quando os operários acabavam de mostrar disposição de luta contra o desemprego e redução salarial, a exemplo do que ocorreu com a marcha dos metalúrgicos, em dezembro, no ABC. A Ford, por sua vez, anunciou a demissão de 2800 operários em São Bernardo. A direção do sindicato (Marinho) propôs aos patrões um acordo semelhante ao que tinha assinado na Volks, que rebaixou os salários em 15%. Os acordos entre o sindicato e as montadoras, que previam as demissões voluntárias e redução salarial, contribuíram para enfraquecer a luta do movimento operário e escancararam as portas para as demissões. As medidas patronais eram as mesmas, mas a burocracia sindical dividia os operários por fábrica impossibilitando a resistência coletiva contra as demissões e os cortes salariais.

O movimento operário continuava a padecer das penosas conseqüências da orientação dita pela CUT/PT de que a única saída era recuar e apoiar o grande capital nas suas exigências perante o Estado (redução de impostos, renovação de frota, subsídios). Por outro lado, o governo impõe a lei do serviço voluntário, sem direitos trabalhistas. Legalizou o trabalho por tempo parcial, banco de horas e o trabalho por tempo determinado. Utilizou o velho argumento de que reduzindo "o custo Brasil" a economia crescerá, tornaria internacionalmente competitiva e os empregos voltariam. No dia 15 de dezembro, foi aprovada a reforma da Previdência, com a colaboração do Vicentinho que aceitou a manobra governamental de substituir tempo de serviço por tempo de contribuição e aumento da idade para se aposentar. Tantas foram as traições, que é difícil dizer qual foi a maior. Mas, sem dúvida, a capitulação perante a reforma da Previdência marcou profundamente a vida da maioria oprimida, empurrada à barbárie capitalista.

A quebra do Plano Real, início de 1999, mostrou que o Plano de Estabilização não passou de um instrumento para o saque imperialista. Resultou em maior submissão do país às diretrizes das potências. Frente ao avanço da crise econômica, as direções sindicais se negaram a acionar as Centrais e os sindicatos para enfrentar o desemprego e a miséria das massas. Deram continuidade à linha de colaboração de classe. A defesa da estabilidade econômica pela burocracia/PT se converteu na

sustentação da estabilidade política. Ou seja, na defesa do governo FHC. A burguesia também teve sua atitude diante da quebra do Plano Real. Colocou para o governo a exigência de proteger seus capitais. O que significava evitar que os trabalhadores passassem a reivindicar salário e emprego e que o Estado continuasse bancando os interesses parasitários dos grandes grupos empresariais. A Fiesp tomou a iniciativa de convocar sindicatos, Centrais, governo e partidos para um ato unitário, cujo objetivo principal foi o de dar sustentabilidade ao governo e a continuidade de seu Plano econômico. Com o nome de "Pacto pela produção e o emprego", a Fiesp arrastou toda a burocracia sindical da CUT, representada por Vicentinho, à Força Sindical, representada por Paulinho. Uma verdadeira unidade contra a classe operária. Recolocou-se a reivindicação empresarial de menos juros e impostos para as empresas, com o velho argumento de abrir empregos.

No final de 99, FHC e o Ministro Francisco Dornelles apresentaram a proposta de "flexibilização dos direitos trabalhistas". Os acordos anteriores já haviam de fato provocado um grande retrocesso nas condições de trabalho e salário da maioria. No VII Congresso da CUT (agosto de 2000), aprovou-se a criação da Central de Trabalho e Renda em Santo André. Trata-se de uma agência de emprego e "requalificação", nos moldes criados pela Força Sindical no Sindicato Metalúrgico de São Paulo. A avaliação da Articulação/PT se apoia em dois aspectos. De um lado, a reestruturação produtiva impõe a flexibilização de direitos e jornadas, destrói postos de trabalho e provoca "alterações nas relações e no mundo do trabalho"; de outro, o fato do sindicato ter de responder a esse modelo gerador de desemprego. Daí a conclusão de que é preciso superar o modelo de organização sindical e o campo de intervenção do mesmo. O que significa criar agência de emprego, utilizar os recursos do Fat para a chamada requalificação para o trabalho, "construir alianças com diferentes setores da sociedade civil", influir nas decisões das políticas dos governos, negociar investimentos com as empresas, a exemplo da participação do Sindicato na Câmara Regional do ABC e do Banco do Povo.

Essa orientação colaboracionista levou também a burocracia cutista a alterar a estrutura organizativa do Sindicato Metalúrgico do ABC. Avalia positivamente a modificação dos estatutos do Sindicato metalúrgico do ABC, para adaptá-lo ao sindicalismo "propositivo", de "negociação" e de "resultado". Orientação essa oposta ao sindicato de luta de classe. O sindicalismo "propositivo" é uma agência da política patronal nas condições de crise e desintegração do capitalismo. A burocracia demonstra muito bem isso quando afirma que o patronato evoluiu para as negocia-

ções e que o sindicalismo evoluiu no sentido de participar nas decisões empresariais e nas políticas ditas gerais. Entre as alterações do estatuto está a criação dos Comitês Sindicais por Empresa. A burocracia exalta os Comitês como um grande feito que permite os sindicatos penetrarem nas fábricas. Na verdade, não se trata da extraordinária experiência internacional do proletariado que criou os comitês de fábrica como instrumento de organização coletiva contra os capitalistas e como organismos de poder operário nas fábricas. Os comitês sindicais da burocracia objetivam eliminar a democracia sindical. Eles são usados para impedir que nas eleições do sindicato se utilize o critério de disputa de chapas. Os comitês sindicais é que elegem a nova direção. Como só a burocracia colaboracionista tem liberdade para criar esses comitês com o consentimento da patronal, tornam as eleições do sindicato em um mecanismo de preservação da casta dirigente. Esse é um dos fundamentos do sindicalismo orgânico.

Embora a burocracia atuasse contra a luta unitária grevista, foi obrigada a convocar, na década de 90, duas greves gerais. A crise social crescente e a tremenda pressão patronal contra os direitos trabalhistas levaram a um grande descontentamento entre os trabalhadores. Em maio de 1991 e junho de 1996, a CUT convocou a greve geral. As condições objetivas eram favoráveis à unidade grevista. O desemprego, o arrocho salarial, o salário mínimo miserável, a perda de conquistas sociais, a destruição da Previdência pública e as imposições de medidas de redução de salário e de direitos trabalhistas estiveram presentes por todo o período e atingiram a maioria trabalhadora. As duas greves gerais não passaram de um protesto limitado a alguns setores e serviram apenas de pressão sobre o governo para incluir a burocracia nas negociações do Estado. A greve geral como forma de luta unitária e de massa abrangendo as várias camadas de explorados em contraposição à classe capitalista como um todo e seu Estado é oposta ao sindicalismo "propositivo", por isso não foi utilizada como principal instrumento de força coletiva. A direção colaboracionista não pode, no entanto, abandonar totalmente o instrumento grevista. Precisa dessa forma de luta para sua política de negociação. O que a burocracia não pode fazer é usar o método grevista na sua plenitude. Não pode organizar o movimento operário a partir do lugar que ocupa na produção social. Lugar esse que permite que a greve coloque a produção sob o controle da classe operária. Para que isso não aconteça, a direção mutila o movimento grevista, isolando-o por fábricas e por setores internos a cada fábrica. A assembleia geral deixa de ser uma tribuna operária de orientação e decisão grevistas. Todo poder concentra-se nas mãos de um pequeno grupo de burocratas, que mantêm nas fábricas representantes dessa política.

Em todo esse período de crise social prevaleceu as greves por fábrica ou setores internos à fábrica. Portanto, as direções impediram a ação coletiva da classe contra as medidas patronais e de seu governo. O resultado foi a destruição de 3 milhões de postos de trabalho, ao longo dessa década, sem que houvesse uma resistência de luta de classe. Desde o seu início até o final dos anos 90, foram feitos 1157 acordos de flexibilização dos direitos trabalhistas. Após a aprovação no Senado (1998) do contrato por tempo determinado, com redução de encargos sociais, portanto, em dois anos, foram realizados 605 acordos desse tipo. Esses dados são a demonstração material do que resultou a política do sindicalismo "propositivo". A tal da participação dos trabalhadores nas decisões do capital não passou de submissão da burocracia e dos sindicatos às medidas econômico-financeiras de proteção dos lucros e aumento da taxa de exploração, acompanhada do aumento do exército de desempregados.

Em março de 2001, os portuários de Santos iniciaram uma greve que durou 14 dias. Tinha como reivindicação central a recusa de entregar para uma empresa privada (Ogmo) o controle da escala de trabalho. Era uma medida para ampliar a privatização dos portos, iniciada com a "Lei de Modernização dos Portos", em 1998. Isso implicava retirar das mãos do Sindicato dos Estivadores o controle sobre a contratação da mão-de-obra. A vitória do movimento dependia da coesão da classe, das ações radicalizadas e da generalização do movimento para outros setores. As bases procuraram radicalizar a greve, colocando às claras a disposição de ocupar o porto, mas foram bloqueadas pela direção. A repressão aproveitou a fraqueza da direção para golpear violentamente a vanguarda do movimento. No segundo semestre, veio a crise do apagão. O governo e os capitalistas se apoiaram na crise do setor de energia para ampliar as medidas de descarregamento da crise econômica sobre a maioria trabalhadora (aumento das tarifas, demissões). No ABC, as montadoras armaram um plano que previa demissão, redução salarial, terceirização e perdas de direitos trabalhistas. O acordo de 1998 da Volks que era evitar 7500 demissões mostrou ser uma farsa. Em pouco mais de 2 anos, a empresa destruiu 7500 postos de trabalho. Em novembro/dezembro de 2001, a multinacional alemã voltou a pressionar a direção do sindicato a aceitar um novo pacote, que incluía redução salarial, mais demissões e eliminação de direitos trabalhistas. Na Ford, em dezembro de 1998, dos 2800 afastados retornaram somente 400. Os 2400 restantes foram pressionados a aceitar o PDV. Na Multibrás, o acordo jogou para fora os doentes profissionais (sequelados). Portanto, as consequências dos últimos acordos foram

violentos para a classe operária. Porém, os capitalistas das montadoras impuseram novos acordos e exigiram colaboração da burocracia sindical para se evitar que os trabalhadores, depois da experiência anterior, se rebelassem contra tais medidas. O acordo assinado entre a Volks e Marinho, final de 2001, impôs a redução de 15% dos salários, salários diferenciados, demissão de 700, demissões por baixo desempenho, ampliação da terceirização, eliminação de direitos trabalhistas. Isso quando a classe operária mostrava disposição de resistência contra a política patronal.

Nem bem a burocracia do ABC tinha assinado o acordo da Volks, o governo anunciou a votação da reforma trabalhista de Dornelles e a CUT convocou um dia de Greve Nacional. Sem que houvesse qualquer preparação e disposição de organização por parte da maioria dos sindicatos, houve paralisações e manifestações por todo o país, indicando disposição de resistência aos ataques do governo às condições de existência das massas. Diante da disputa eleitoral, os parlamentares adiaram a votação. O problema é que sindicatos da CUT e da Força Sindical há tempo vêm colocando em prática a reforma de Dornelles. Os protestos contra do dia 21 de março estiveram condicionados ao quadro eleitoral. Assim que as condições políticas permitirem, o governo voltará à carga. Terá como apoio os acordos já estabelecidos.

Este balanço resumido do percurso de colaboração da direção sindical e seu braço político PT e aliados demonstra: 1) O novo sindicalismo "propositivo", de "negociação" e de "resultados" não passa de uma máscara para o velho sindicalismo de colaboração de classe, praticado pela social-democracia, estalinismo e variantes do peleguismo sindical; 2) O predomínio dessa política no movimento operário vem facilitando aos capitalistas e ao governo implantarem medidas de desemprego, esmagamento salarial e destruição de conquistas sociais; 3) A política de colaboração resulta em estatização dos sindicatos e assimilação das diretrizes da burguesia imperialista; 4) A atuação da burocracia sobre os trabalhadores sufoca a disposição de luta e as tendências instintivas do proletariado em se unificar nacionalmente contra a classe capitalista; 5) Para impor essa linha, a burocracia se torna cada vez mais totalitária, elimina progressivamente os traços de democracia operária (evita as assembleias, controla-las com mãos de ferro, persegue os opositores, modifica os estatutos do sindicato, mutila as eleições sindicais etc); 6) Estimula o terror patronal do desemprego para bloquear a resistência grevista e reforça a concorrência da força de trabalho como mercadoria, incentiva o individualismo entre os operários; 7) Combate ferrenhamente o surgimento de uma vanguarda consciente e revolucionária no seio do proletariado.

O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" nº 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques, contrapondo-se à tentativa de organização dos foquistas no período.

Questões de Organização I - Programa e Organização A Experiência Bolchevique

Os clássicos do marxismo (Marx e Engels) não se descuidaram, como muitos acreditam, da organização do partido revolucionário. É importante recordar seus trabalhos no seio da Liga dos Comunistas e de outras organizações, particularmente os esforços que fizeram ao redor da estruturação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional, 1864 - 1874). A luta constante no interior da AIT, que na realidade marcou toda sua história, girou em torno da assimilação e marginalização, dependendo do caso, das numerosas correntes não agregadas ao marxismo que a integravam inicialmente. Muitos acham que a intransigência demonstrada por Marx e Engels nestas lutas era puro sectarismo, uma arbitrariedade contrária aos interesses revolucionários etc. Sem dúvida, esta conduta foi necessária na tarefa de aglutinar quadros ao redor do programa exposto no "Manifesto Comunista". Neste documento histórico, encontra-se uma das idéias centrais de nossos princípios organizativos: a plena organização da classe operária (classe para si ou consciente) supõe a sua organização em partido político. Disto tiramos que um partido se converte em organização de massas quando estas, ao evoluir a consciência de classe, se elevam até a altura do programa socialista. É errado acreditar que o

programa deve ser diminuído ou rebaixado para alcançar o nível das camadas atrasadas de operários. Contudo, o que levou Marx e Engels terem sido muito limitados em matéria organizativa foi uma conseqüência da época em que atuaram.

Os bolcheviques, sob a direção de Lênin, forjaram um partido fortemente centralizado e disciplinado no que se refere à concepção da militância e capaz de atuar com êxito na clandestinidade, de cumprir a função de estado maior altamente tecnificado e ligado ao grosso da classe, com uma grande capacidade de manobra realista e audaz. Este partido foi organizado para tomar o poder utilizando métodos revolucionários, dirigindo as massas numa Rússia autocrática. O partido bolchevique tinha como coluna vertebral a célula de empresa, funcionava dentro das normas do centralismo democrático e sob uma direção única e centralizada. Não se trata, por isso, de uma organização burocratizada (como chegou a se tornar em sua etapa da degeneração estalinista), ou da ditadura do Secretário Geral e do Comitê Central, como infundadamente temeram Rosa Luxemburgo e Trotsky em 1904 (este último reconheceu posteriormente seus erros em matéria organizativa). Era uma organização de revolucionários profissionais, agrupados ao redor de idéias políticas. Por isso insistiu-se tanto em um órgão periódico central para toda a Rússia, o mesmo que foi definido como organizador coletivo. A própria natureza do bolchevismo determinou a inevitabilidade da cisão da social-democracia russa. Com Lênin, a teoria do Partido revolucionário deu um descomunal salto adiante.

A concepção do partido como organização de revolucionários profissionais foi enunciada unicamente pelo bolchevismo e lhe imprimiu a característica de partido de vanguarda, fechado e estranho à influência dos simples entusiastas e que ainda no momento da tomada do poder era formado por uma minoria da classe operária. Apesar disso, em um partido desse tipo não impera - como muitos afirmam - a disciplina de tipo militar, porque a militância está unida por uma idéia política, elaborada coleti-

vamente por ela e assim sua unidade de ação e sua subordinação à maioria deve ser consciente.

O estalinismo, cuja teoria e prática não são mais que a prostituição do leninismo, contribuiu para que se perdesse o verdadeiro conceito de revolucionário profissional. Para Lênin e seus companheiros, o revolucionário profissional não era o militante assalariado pelo partido (um funcionário, um burocrata) que, quando se perpetua como tal, tende a se separar cada vez mais da linha revolucionária e da vontade das bases. Ninguém imaginava que o partido poderia se transformar num feudo dos funcionários: os únicos com direito a pensar conforme os desejos do secretário geral, dono do aparato e das finanças do Partido. A existência de uma burocracia supõe que a militância tenha sido convertida em uma massa inerte e que não tem outro objetivo senão obedecer às decisões dos burocratas. Para os bolcheviques, o revolucionário profissional é o militante que utiliza todas suas energias e sua própria vida para a causa do proletariado e se encontra altamente preparado para cumprir sua missão; este é um conceito fundamental para a estruturação de um verdadeiro partido operário. Isto leva à definição leninista do militante como aquele que pertence a uma dos organismos partidários (ou seja, de uma célula) e não simplesmente a pessoa que se reivindica do programa. Como vemos, o problema central é que o revolucionário profissional viva para a revolução e pesa muito pouco se este revolucionário receba ou não uma remuneração pelo trabalho.

A degeneração burocrática do partido tem sua raiz no longo isolamento da revolução russa e constitui o pólo oposto ao leninismo e não pode ser considerado, como alguns acreditam, seu produto natural, legítimo e necessário. O estalinismo substituiu o centralismo democrático pelo burocrático (ou seja, a ditadura arbitrária da alta direção sobre a militância, resultado do cerceamento da democracia interna, da hipertrofia do centralismo e da imposição do monolitismo organizativo, que não permite o direito de divergência nem a formação de frações).

Bolivia

O que as massas bolivianas radicalizadas buscam?

Procuram e lutam para afirmar a experiência que as massas tiveram no passado.

Um abismo entre burguesia e nação oprimida

A evolução política das massas se mede pelo aprofundamento do abismo que é o antagonismo entre a classe dominante, seu governo de plantão e a nação oprimida e explorada pelas multinacionais. Tais setores chocam violentamente entre si e caminham em direções opostas. Buscam objetivos irreconciliáveis, excludentes.

A luta de classes agudizada aparece como expressão inconfundível e direta da contradição tal como se dá na base econômica estrutural da sociedade, aflora como expressão múltipla da rebelião da propriedade social contra a grande propriedade dos meios de produção.

Tudo o que dissemos põe em evidência que encaminhamos para uma etapa insurrecional.

As massas em luta não aceitam nada do que dizem e fazem a classe dominante, seus governos e, ao contrário, lutam por regulamentar da sua maneira sua vida cotidiana, reproduzindo costumes e ritos próprios das nacionalidades nativas.

A agudização da luta de classes chegou a um ponto elevado e luta por seguir um caminho ascendente. É neste marco que devemos analisar tudo o que estão fazendo os segmentos majoritários em suas batalhas cotidianas

Superação das ilusões democráticas

Trata-se de um fenômeno que vem de longa data e não de algo que aconteceu hoje. Seria o cúmulo da insanidade sustentar que é um produto da prédica do POR que existe um caminho para se chegar ao poder, a insurrei-

ção, e que as ilusões democráticas (acreditar que o voto pode resolver tudo) constituem o maior obstáculo para que se dê a tomada do poder. As massas, partindo das traições e da demagogia dos politiqueros da classe dominante, acabaram se convencendo que somente a ação direta pode resolver seus problemas. Apesar de todas as manobras da classe dominante, os explorados concluíram que somente devem confiar em suas próprias ações, longe do ordenamento jurídico e até dos costumes da burguesia. A Bolívia marcha para a revolução social.

A ação direta, o Cabildo, a Assembléia Popular

Sustentamos que se esgotou a via parlamentar (não importa se ainda as Câmaras Legislativas funcionem). As massas recorrem à ação direta, ao cabildo, exigem o retorno da Assembléia Popular de 1971 e o fechamento do parlamento.

Em Huanumi, os mineiros expressaram que sendo o atual governo incapaz de recuperar as minas privatizadas, estas devem passar para as mãos dos operários e funcionar sobre seu controle coletivo. Todos os dias afloram exigências de que as nações nativas recuperem todas as suas terras e seu direito a se estruturarem como Estados soberanos. Isto significa que foi anunciada a morte da sociedade burguesa e que os explorados e oprimidos se encaminham a empunhar as armas e conquistar fisicamente o poder político.

A esse limite chegaram as massas, instintivamente e nutrindo-se de sua própria experiência. O POR deve lançar a linha que concretize e supere o processo.

(extraído do Masas Boliviano n.º 1805 de 31 05 2002)

Argentina

Solidariedade com a luta dos docentes bonaerenses

Os docentes de Ensenada mantêm ocupado o conselho escolar há um mês e mantêm uma greve geral em todo o distrito.

A mesma situação está ocorrendo em outros distritos (La Plata, Berisso, Lomas de Zamora).

A luta é contra o rebaixamento de salário e em defesa do estatuto docente.

Os docentes estão mantendo esta luta a partir de as-

sembléias auto-convocadas, enquanto a burocracia desenvolve uma política de compromisso com o governo, e um plano de luta de características fictícias.

Os docentes em luta chamam a generalizar as assembléias de base, ocupar os conselhos escolares, desenvolver a greve geral e um encontro provincial para centralizá-la.